

A DESBUROCRATIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL*

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO***

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

JUSTIFICATIVA

Excetuando-se a inovação da modalidade retida e a ampliação do campo de incidência do recurso, que no Código anterior somente abrangia determinadas decisões interlocutórias, não foi feliz o legislador de 1973 ao estruturar e disciplinar o agravo de instrumento atual.

Em primeiro lugar, por não ensejar meio hábil a evitar o manejo de mandados de segurança nas inúmeras hipóteses de decisões abusivas ou teratológicas com possibilidade de danos de difícil reparação. Em segundo lugar e sobretudo pela moralidade do seu processamento, contribuindo até mesmo para injustificáveis paralisações das causas, procrastinando-lhes o desfecho e a solução dos litígios em ofensa ao princípio da celeridade.

Atento a essa realidade e à advertência de que ao jurista incumbe participar do aperfeiçoamento da ordem jurídica e ao processualista, em particular, do aprimoramento do processo como instrumento de jurisdição, dando-lhe o devido realce como um fenômeno social, já o Instituto de Direito Processual, fundado em fins de 1983 em Minas Gerais, tornando efetiva uma das suas normas estatutárias, havia

* Anteprojeto de Reforma do Agravo de Instrumento elaborado pelos Ministros SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e ATHOS GUSMÃO CARNEIRO do STJ em nome do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

** Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 1º/02/2006.

*** Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 29/10/1993.

elaborado anteprojeto dando nova redação ao capítulo respectivo do Código de Processo Civil e aos arts. 557 e 558 daquele diploma.

Encampando a idéia original do Instituto Brasileiro de Direito Processual por sua seção do Distrito Federal, reelaborou-o, aprimorando-o e nele introduzindo um artigo para adaptá-lo à sistemática da Lei 8.038/90, que instituiu normas procedimentais relativas aos processos de competência do Supremo Tribunal Federal e do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

ANTEPROJETO

Art. 1º – O Capítulo III do Título X do Livro I da Lei 5.869, de 11-1-73, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO III

Do agravo

Art. 522 – Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 dias, retido nos autos ou por instrumento.

Parágrafo único – O agravo retido independe de preparo.

Art. 523 – Na modalidade de agravo retido, o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

§ 1º – Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal.

§ 2º – Interposto o agravo, o juiz poderá reformar sua decisão, após ouvida a parte contrária, em 5 dias. Se a reformar, da nova decisão não caberá agravo retido.

§ 39 – Das decisões interlocutórias proferidas em audiência admitir-se-á interposição oral do agravo, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão.

§ 4º – Será sempre retido o agravo das decisões posteriores à sentença, salvo caso de inadmissão da apelação.

Art. 524 – O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, através de petição com os seguintes requisitos:

I – a exposição do fato e do direito;

II – as razões do pedido de reforma da decisão;

III – o nome e o endereço completo e atual dos advogados das partes.

Art. 525 – A petição de agravo de instrumento será instruída:

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

II – facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

§ 1ª – Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais.

§ 2ª – No prazo do recurso, a petição será protocolada no tribunal ou postada no correio, sob registro, com aviso de recebimento, ou, também, pôr Outra forma prevista na lei local.

Art. 526 – O agravante requererá juntada aos autos do processo de cópia da petição de agravo e do comprovante da interposição do recurso, assim como da relação dos documentos que Instruíram o recurso.

Art. 527 – Recebido o agravo no tribunal e distribuído incontinenti, se não for o caso de indeferimento liminar (art. 557), o relator:

I – poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 dias;

II – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), comunicando ao juiz tal decisão;

III – intimará o agravado, na mesma oportunidade e por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender convenientes;

IV – nas capitais e nas comarcas onde houver órgão de publicação do expediente forense, a intimação far-se-á pela imprensa;

V – tomadas as providências dos incisos anteriores, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, no prazo de 10 dias.

Parágrafo único – Na sua resposta, o agravado observará o disposto no § 2^a do art. 525.

Art. 528 – Em prazo não superior a 30 dias da entrada do aviso de recebimento da intimação postal do agravado, o relator pedirá dia para julgamento.

Art. 529 – Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo.

Art. 28 – O art. 557 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 557 – Se o agravo for manifestamente inadmissível ou improcedente, o relator poderá indeferi-lo.

Parágrafo único – Da decisão de indeferimento caberá recurso, no prazo de 5 dias, para o órgão a que competiria julgar o agravo."

Art. 38 – Revogado o seu parágrafo único, o art. 558 passa a ter a seguinte redação:

Art. 558 – O agravante poderá requerer ao relator, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, que suspenda o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da Turma ou Câmara.

Art. 42 – O § 1º do art. 28 da Lei 8.038, de 28-5-90, passa a ter a seguinte redação:

Art. 28

§ 12 – Cada agravo de instrumento será instruído com as peças que forem apresentadas pelas partes, dele constando obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões se houver, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor no prazo de 2 meses da data de sua publicação.

FEDERAL

Administração Pública

CERTIFICADOS DE RESERVISTA – ANOTAÇÃO – INCLUSÃO
(PORTARIA MA 427/91 – DOU de 30-7-91)

Síntese ADCOAS

Acrescenta nos modelos dos Certificados de Reservista, expedidos pelo Ministério da Aeronáutica, após o campo OUTROS DADOS, a expressão válido como CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR. O acréscimo de que trata esta norma será datilografada até que sejam esgotados os modelos em uso, passando a ser impressos no próprio certificado quando da renovação dos estoques existentes.